



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA**

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA
PERSPECTIVA INCLUSIVA: ANALISANDO O PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA DA UFRN**

KALINE GUEDES DO NASCIMENTO

NATAL/2018

KALINE GUEDES DO NASCIMENTO

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA
PERSPECTIVA INCLUSIVA: ANALISANDO O PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA DA UFRN**

Trabalho apresentado a disciplina introdução ao trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito avaliativo da segunda unidade, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Maria Aparecida Dias.

NATAL/2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências da Saúde - CCS

Nascimento, Kaline Guedes do.

A formação do professor de educação física em uma perspectiva inclusiva: analisando o projeto pedagógico do Curso de Educação Física Licenciatura da UFRN / Kaline Guedes do Nascimento. - 2018.

27f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Educação Física. Natal, RN, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Dias.

1. Educação Física - TCC. 2. Inclusão - TCC. 3. PPC - TCC. I. Dias, Maria Aparecida. II. Título.

RN/UF/BSCCS

CDU 796.011



**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: "POR O TÍTULO", elaborado por SEU NOME como requisito para conclusão do Curso de Educação Física (Licenciatura) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Aprovado em 03 de Dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Maria Aparecida Dias - UFRN (Orientadora)

Prof. Dr. Paulo Moreira Silva Dantas - UFRN

Prof. Ms. Rafael de Gois Tinoco - UFRN

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em memória aos meus avôs, materno, João Guedes, que infelizmente não tive o prazer e a felicidade de conhecer e ao meu avô paterno, Raimundo Sales, com quem tive a felicidade de crescer em sua companhia e por ele ser apadrinhado. Lembro-me bem, apesar da pouca idade, dos ensinamentos que meu querido e amado avô me deixou, através de meu pai, sobre ser digno e honesto e onde quer que o senhor esteja, esta conquista é sua.

Dedico este trabalho também, as minhas queridas avós materna, Maria do Carmo e paterna, Sofia, pois sem vocês eu não estaria aqui realizando meu grande sonho. Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a DEUS o grande presente que ele me deu, a vida. Agradeço a saúde e a força de vontade que ele me proporcionou, sem elas não teria chegado aqui.

Agradeço aos meus pais, Joselito Ribeiro e Carmen Guedes, que apesar de terem me educado de forma separada, me deram o melhor de todos os ensinamentos. Obrigada pelo apoio, dedicação, paciência e toda a ajuda durante esses anos de luta e principalmente por terem acreditado em mim.

Agradeço aos meus irmãos, em especial a minha irmã, Karla Guedes, por ter me acompanhado e ter sido testemunha nessa minha busca pela realização de um sonho.

Agradeço ao meu noivo, Thiago, pelo companheirismo, por ser meu amigo acima de tudo, por todo amor, paciência, compreensão, por entender o motivo de tanta correria e aceitar com amor o pouco tempo dedicado nesse período.

Agradeço aos meus tios e tias e em especialmente a Paulo e Eliane, que participaram diariamente nessa caminhada, ajudaram na minha criação e sempre me apoiaram.

Agradeço aos meus primos e primas que sempre torceram por mim.

Agradeço aos meus colegas de turma e com certeza futuros excelentes profissionais.

Agradeço a minha orientadora, Maria Aparecida dias, pela paciência e sabedoria em ministrar o conteúdo e fazer com que esse trabalho se tornasse uma realidade.

Agradeço a todos os professores do departamento, em especial ao prof. Dr. Paulo Moreira Dantas por todo carinho, respeito e dedicação para comigo durante minha jornada acadêmica.

Agradeço a coordenação do curso.

Agradeço a todos os funcionários do DEF e em especial a Gilberto por toda a ajuda, sem você tudo teria sido mais difícil.

Agradeço aos profissionais que me ajudaram nos estágios curriculares, Omar, Michelle, Neto e George.

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência tem sido um tema abordado com bastante frequência nos últimos anos. A Educação Física (EF) trabalha num sentido amplo, com prevenção de determinadas doenças e promoção da saúde, e quando ligada ao campo escolar, torna-se crucial a sua introdução, como forma de contribuir para o desenvolvimento integral da criança/adolescente e no processo de inclusão de todos os educandos. O objetivo deste estudo foi fazer uma análise da reformulação do projeto pedagógico do curso (PPC) de EF Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e identificar se o mesmo atende a expectativa de oferecer uma boa formação aos licenciandos do curso voltado para uma perspectiva inclusiva. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa documental de abordagem qualitativa, a partir da análise entre os PPCs de 2004 e 2017 no intuito de identificar se e quais mudanças ocorreram durante sua reformulação. Ao final, concluiu-se que ocorreram mudanças no PPC de 2017 e na sua estrutura curricular. O atual PPP aborda de forma mais cuidadosa e considerável a prática inclusiva, baseando sua elaboração em documentos, leis e decretos que norteiam a formação inicial do professor de EF Licenciatura, porém ainda é cedo para afirmarmos que tal reformulação será suficiente para formar um professor apto para atuar com alunos com deficiência, talvez estudos futuros possam obter resultados detalhados sobre a formação dos discentes que ingressaram na UFRN no curso de EF Licenciatura no ano de 2018.1 e verificar a atuação desses professores na prática educacional.

Palavras-chave: Educação física, Inclusão, Formação do professor, PPC.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. METODOLOGIA.....	9
3. FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CONQUISTAS E DESAFIOS.....	11
4. PROCESSOS LEGAIS.....	19
5. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM ED. FÍSICA/UFRN: O DIÁLOGO COM A INCLUSÃO.....	22
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
7. REFERÊNCIAS.....	24

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência, nos diversos campos de socialização, tem sido um tema abordado com bastante frequência nos últimos anos, devido ao seu crescimento e, conseqüentemente, reconhecimento sobre uma população antes excluída e, agora, mais valorizada. A inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que a pessoa com deficiência possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania. (SASSAKI, 1997)

Dados da Organização Mundial da Saúde - OMS de 2011 afirmam que 1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência e 150 milhões de crianças (com menos de 18 anos de idade) tem alguma deficiência. (Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF)

Ganhando cada vez mais espaço, como atuante na sociedade, o grupo de pessoas com deficiência, mostra-nos a importância da inclusão, em seus diversos aspectos e o quanto esta população pode contribuir para o desenvolvimento e evolução da sociedade. Com base nestas evidências, tornou-se crucial a assistência continuada através da promoção, prevenção e reabilitação dessa classe populacional, incluindo a atividade física como fator primordial ao bem-estar e a qualidade de vida desta população, valorizando fisiologicamente e socialmente o indivíduo com deficiência.

A Educação Física (EF) é uma área do conhecimento humano também vinculada ao estudo e às atividades de aperfeiçoamento, manutenção ou reabilitação da saúde e do corpo do ser humano. Logo, ela trabalha num sentido amplo, com prevenção de determinadas doenças e promoção da saúde. Quando ligada ao campo escolar, torna-se crucial a sua introdução, como forma de contribuir para o desenvolvimento integral da criança/adolescente. Portanto, a inclusão de todos os educandos é algo necessário e primordial aos processos evolutivos, biológicos, psicológicos e sociais.

As atividades físicas regulares podem reduzir os sintomas de ansiedade e depressão, promover a socialização e aumentar a percepção de bem-estar geral das pessoas com deficiência (NAHAS, 2010). Com isso, a educação física inclusiva vem tomando proporções animadoras num campo desafiador e singular como a escola.

Na escola, "pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde

deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente". (EDLER CARVALHO, 1998, P.170)

A Educação Física Adaptada (EFA) surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de EF com pessoas com deficiência, sendo assim, uma disciplina recente na estrutura curricular dos cursos de EF.

A EFA "é uma área da educação física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada pessoa com deficiência, respeitando suas diferenças individuais" (DUARTE E WERNER, 1995, p. 9).

Para o Ministério da Educação e Cultura - MEC (BRASIL, 2001), a educação especial é a modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE). "Todas as crianças, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; devem ter assegurado o seu direito de aprender no ensino regular, na série correspondente à sua faixa etária" (MEC, 2016).

Os professores da educação comum, em articulação com a educação especial, devem estabelecer estratégias pedagógicas e formativas, metodologias que favoreçam a aprendizagem e a participação desses alunos no contexto escolar, porém, nem sempre os professores de EF se sentem preparados e capacitados para dar aulas em turmas com crianças com NEE, esse fato causa uma preocupação ainda maior em relação a formação desses profissionais atuantes. "Cabe a universidade, que tem como função criar recursos humanos para o desenvolvimento das atividades profissionais". (PELLEGRINI, 1988, p. 250 *apud* NASCIMENTO, 2007, p. 54)

A EFA é uma área que necessita de melhor qualificação profissional, o professor de EF precisa estar de fato preparado para atender os alunos com NEE.

O papel do professor deve evoluir para responder aos desafios sem precedentes da transformação necessária do sistema educacional. E é a mudança de caracterização em relação à construção de grades curriculares do curso de educação que poderá possibilitar essa evolução na atuação profissional. (ALTET E CHARLIER, 2001, p. 26 *apud* NASCIMENTO, 2007, p. 54)

Com isso, o professor após ter passado pela formação tendo vivenciado tanto experiências práticas como teóricas, estará apto a planejar e aplicar aulas para melhor atender as necessidades de seus alunos, respeitando suas especificidades.

Apesar das pessoas com deficiência ganharem mais espaço como atuantes na sociedade, infelizmente, sabemos que muitas escolas ainda não se sentem preparadas para receber crianças e/ou adolescentes com NEE, talvez devido à falta de infraestrutura, de profissionais qualificados e até mesmo pelo fato dos alunos que não possuem deficiência não terem sido ensinados de como aceitar, brincar e conviver com os colegas que possuem deficiência.

Vivemos um tempo de transformação de referências curriculares, que indicam que não cabe ao aluno se adaptar à escola tal como foi construída; a escola é que deve se reconstruir para atender a toda a sua comunidade, da qual fazem parte pessoas com e sem deficiência. (MEC, 2016)

Baseando-se na ideia dos autores citados acima, embora de maneiras diferentes, percebe-se que os profissionais não sabem lidar e/ou atuar de forma correta com a EFI, talvez a estrutura curricular do curso de EF (licenciatura) no qual os mesmos foram formados não tenha dado ênfase a essa área ou as metodologias e práticas pedagógicas que esses profissionais vivenciaram durante sua formação não foram suficientes para que os mesmos se sentissem seguros e preparados para incluir seus alunos, independentemente de suas necessidades e limitações nas aulas de EF Escolar. Sabemos que as leis que regem e definem os deveres e obrigações do estado e da sociedade como um todo são relativamente novas e por muitas vezes não são cumpridas na sua integridade, assim como o estudo de algumas deficiências só tiveram sua devida importância nos últimos vinte anos fazendo com que os profissionais não tratassem seus alunos de acordo com suas individualidades e especificidades.

Nesse sentido, é que se faz necessário uma abordagem de como formar o professor de EF para atuar de forma específica com seus alunos com deficiência, entendendo suas limitações, usando técnicas que desenvolvam esse aluno de forma integral, o incluindo nas aulas e na sociedade, fazendo com que os mesmos sejam aceitos pela turma, vivencie as aulas sem ser discriminados ou prejudicados pela sua situação física, cognitiva, entre outras.

A relevância desse trabalho está na sua contribuição para o acervo de publicações relativo ao tema, visto que durante as pesquisas realizadas em sites de busca como o google, google acadêmico, bing, em revistas científicas como a Motriz,

Movimento, e em Artigos, observou-se a dificuldade em conseguir material sobre o assunto.

Durante a minha formação acadêmica senti falta de disciplinas que abordassem a questão da EFI, a maioria das disciplinas do curso de EF formam o discente para saber atuar nas aulas, mas não expõe o aluno a situações que eles possam vir encontrar no mercado de trabalho, como por exemplo ter um aluno na sua turma com alguma deficiência. Quando falamos das disciplinas que abordam os esportes, as lutas, as danças e os jogos, os professores nunca simularam situações onde na aula possa haver um aluno com limitações físicas e/ ou cognitivas, todas as aulas foram dadas levando em consideração que não existiam pessoas com deficiência naquela turma. Devido a minha formação não me sinto segura e preparada para dar aula a uma turma com alunos com deficiência, sinto que apenas minha formação acadêmica não foi suficiente para me preparar.

Durante conversas com amigos da universidade e professores atuantes no mercado de trabalho, muitos relatam ter dificuldades para incluir os alunos com deficiência em suas aulas, pois não se sentem seguros e preparados para trabalhar com esse público de forma correta, afirmam não terem vivenciado situações parecidas durante sua formação, desconhecendo assim a melhor metodologia a ser usada nesses casos.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar a reformulação do projeto político pedagógico (PPP) do curso de EF licenciatura da UFRN, identificar se o mesmo atende a expectativa de dar uma boa formação para os licenciandos em EF para uma perspectiva inclusiva.

Analisar diversos artigos que tratem da formação do professor de EF, com o objetivo de saber como se dá a formação desse professor no âmbito acadêmico.

Analisar o PPC antigo e o atual do curso de EF da UFRN;

Identificar se e quais mudanças ocorreram durante a reformulação do PPC pensando em uma perspectiva inclusiva;

Proporcionar conhecimentos relevantes que possam ser úteis para a formação dos licenciandos dos cursos de EF da UFRN.

Este artigo trata-se de uma pesquisa documental e de abordagem qualitativa. Segundo Zanella (2012), a pesquisa qualitativa caracteriza-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados, esse tipo de análise tem por base conhecimentos teóricos empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade, além

disso, a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave.

A pesquisa documental se utiliza de fontes documentais, isto é, fontes de dados secundários que podem ser encontrados junto à empresa [dados secundários internos] como os relatórios e manuais da organização, notas fiscais, relatórios de estoques, de usuários, relatório de entrada e saída de recursos financeiros, entre outros, e externos, como as publicações [censo demográfico, industrial]. (ZANELLA, 2012).

O trabalho associa questões a partir da análise do PPC de EF licenciatura (L) da UFRN. Para tanto, analisaremos o PPC de 2004 e o PPC de 2017 no intuito de identificar se a reformulação deste documento atende a expectativa de dar uma boa formação para os licenciandos em EF para uma perspectiva inclusiva. Foi solicitado a secretaria da coordenação do curso de EF (L) o PPC de 2004 e o PPC de 2017 e posteriormente deu-se início a análise. Esse recurso foi imprescindível ao trabalho porque possibilitou o registro, de forma documental, de todo o processo. Analisamos os documentos em dois aspectos:

1. Se e como a inclusão é tratada durante a formação do professor de EF da UFRN, onde identificamos a importância dada a esse tema durante a elaboração do PPC do curso.
2. Se e quais mudanças ocorreram entre os PPCs de 2004 e 2017 após sua reformulação, pensando em uma perspectiva inclusiva.

FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CONQUISTAS E DESAFIOS

A formação profissional em Educação Física constitui-se, desde a década de 80, uma questão crucial para a área no Brasil, tendo sido objeto de inúmeras publicações e debates. (BETTI, 1996)

Nas últimas décadas muitos autores procuraram discutir sobre questões relacionadas a formação profissional na área da EF, entre eles Darido (1995); Betti (1996); Rodrigues (2003); Nascimento (2007); Soler (2011). De uma maneira geral os resultados destes estudos são desanimadores e concluíram que ainda existe uma ênfase na formação esportivista ligada ao rendimento máximo.

Darido (1995), diz que em meados da década de 80 algumas instituições de ensino superior, na tentativa de escapar deste modelo esportivista, implementaram novas propostas curriculares procurando formar o aluno em uma perspectiva mais ampla, o discurso passou a ser mais articulado e continha uma mistura de elementos das diferentes propostas da EF na escola, entre elas as abordagens desenvolvimentista, construtivista e crítico-superadora.

Em 1996 a LDB integra a EF como componente curricular obrigatório na educação básica, a partir daí algumas mudanças aconteceram na área da EF no cenário escolar, em consequência o perfil do profissional, o professor teve que assumir uma nova postura, onde o mesmo passou a participar mais efetivamente da concepção do projeto pedagógico da escola, uma vez que, a sua prática seria orientada pelas diretrizes do projeto desta escola.

Os dispositivos legais apresentados pelo ministério da educação tiveram que acompanhar essas mudanças, porém, apesar dos avanços legais, ainda eram insuficientes as mudanças na ação pedagógica desses profissionais, dificultando assim a consolidação da EF como componente curricular, pois sabemos que mesmo existindo uma lei que obrigasse a escola a disponibilizar a EF como disciplina, a mesma ainda possuía condições inferiores as demais disciplinas da grade curricular. Mas, até chegarmos a essas conquistas, muitos momentos ocorreram na história do curso de

graduação em EF da UFRN, entre esses momentos, destacamos a divisão do curso em Licenciatura e Bacharelado, um marco importante e essencial para compreendermos o caminho que a EF percorreu até ser consolidada como componente curricular obrigatório na educação básica.

Em maio de 1999 uma comissão de especialista da Educação Física (COESP-EF) apresentou a proposta de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em EF, o curso seria, em suma, composto por uma formação básica (comum) para o bacharelado e a licenciatura, porém a proposta não foi aprovada devido à falta de clareza quanto aos aprofundamentos, em particular o da docência, cujo a resolução dependia das diretrizes para a formação de professores em cursos de licenciatura.

A licenciatura passa a ser compreendida como carreira única (Parecer 09/2001 e outros), cuja resolução foi aprovada em fevereiro de 2002, nesse mesmo ano o parecer 0138/2002 é aprovado e estabelece que o perfil do formando/egresso deverá estar capacitado a atuar na educação básica e na educação profissional (educação e saúde). Porém, fez-se necessária a formação de uma comissão de especialistas para elaborar uma nova proposta de Diretrizes para orientar a formação profissional em EF para o campo não formal, reafirmando-se, desta forma, a necessidade de duas formações específicas: Bacharelado e Licenciatura.

Após vários debates e audiências públicas, a comissão apresentou uma proposta substitutiva ao parecer 0138/2002, sendo aprovada em 2004 pelo CNE/CES, resultando no parecer 0058/2004 e, em seguida, na resolução CNE/CES 7/2004, o qual instituiu as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em EF.

Considerando as decisões deliberadas no conselho departamental do Departamento de EF (DEF) e do colegiado do curso de EF que decidiram de acordo com as diretrizes curriculares para o curso de EF, a comissão de reforma curricular elabora um novo projeto pedagógico para o curso de EF, com uma formação profissional voltada para a docência em educação básica (licenciatura) e a outra para atender os diferentes espaços existentes como campo de atuação do profissional de EF (bacharelado) e a partir daí há uma divisão concreta do curso de EF da UFRN, no ano de 2004.

A formação na Licenciatura é voltada para a docência na Educação Básica, sendo estruturada com base nas diretrizes da formação de professores, na LDB, nos PCN e nas competências específicas da área do conhecimento (parecer CNE/CP

09/2001; parecer CNE/CP 27/2001 e 28/2001), cuja síntese encontra-se regulamentada nas Resoluções CNE/CP 01/2002 e 02/2002 aprovadas em fevereiro de 2002.

O Bacharel em Educação Física terá uma formação generalista direcionada para atuar nos diferentes espaços do campo profissional, de forma a intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, tendo como referência o Parecer CNE/CES 0058/2004 regulamentado pela Resolução CNE/CES 7/2004.

O PPC de 2004 permaneceu em vigência até o ano de 2017, quando houve uma nova reformulação, esta está em vigor até hoje. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do DEF do Curso de Licenciatura em EF da UFRN, no ano de 2015 resolveu analisar a conjuntura e implementar as devidas alterações no currículo do Curso de Licenciatura em EF. Para tanto, sugere a realização de uma reformulação do PPC, tendo em vista as mudanças no cenário da área da Educação Física, do perfil a ser formado, bem como os dispositivos legais apresentados pelo Ministério da Educação no ano corrente.

O NDE especificou suas ações para a elaboração do novo PPC de EF com uma formação profissional voltada para a docência em educação básica (licenciatura), segundo as orientações legais da Diretrizes Curriculares para os cursos de EF, levando em conta que atualmente existem dois cursos, e cada um com suas especificidades. Desta forma, o currículo passa a atender aos interesses de seu corpo docente e discente em relação às mudanças pretendidas, mas, principalmente definindo de forma clara uma nova identidade para o Curso de Educação Física da UFRN na modalidade Licenciatura.

A construção do novo PPC para o curso de licenciatura se baseia nas orientações das diretrizes curriculares para o curso de EF e representa um avanço em relação à qualidade da formação de profissionais em EF licenciatura com a busca pela qualificação docente, a entrada de novos professores, a ampliação das instalações do departamento e a aquisição de equipamentos para captação de recursos dos docentes. O atual currículo propõe-se a atender as demandas da educação básica, ampliando a formação de professores que tenham um olhar sobre a cultura de movimento e sua importância na formação dos alunos.

Cabe a EF organizar no espaço tempo-escolar a produção e crítica da cultura de movimento produzida pela sociedade, cabendo ao professor a incumbência de planejar, intervir, sistematizar, avaliar, bem como prestar assessorias e consultorias para divulgação e ampliação de tal cultura (PPC, 2015).

Conforme estabelece as Diretrizes de Formação de Professores o objetivo geral do curso de EF licenciatura é formar e habilitar professores para atuarem na educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tratando a EF como componente curricular (PPC, 2015).

Quando falamos em formar e habilitar professores, automaticamente pensamos em profissionais capazes de exercer a função de educador de forma integral, apesar dos desafios e obstáculos que irão deparar-se pelo caminho, entre esses desafios destacamos a experiência de dar aula para um aluno com deficiência e incluí-lo no contexto escolar.

Para Rodrigues (2003), O tema da educação inclusiva em EF tem sido insuficientemente tratado no nosso país, talvez devido ao fato de se considerar que a EF não é essencial para o processo de inclusão social ou escolar.

Um estudo feito por Rodrigues (2003) em Portugal, na Europa, pesquisadores enviaram a todas as instituições de formação de professores de EF privadas e públicas de Portugal um questionário (integrado nas atividades do programa europeu Rede Temática de Atividade Física Adaptada (THENAPA ó Thematic Network in Adapted Physical Activity)). O objetivo do questionário era identificar o responsável pela formação em NEEs nos cursos de EF, caracterização das disciplinas ministradas e dados de opinião sobre aspectos positivos e menos positivos desta formação. Seis respostas de escolas de formação foram recebidas, juntamente com os programas que eram lecionados e os pesquisadores concluíram que:

- a) a maioria dos cursos existentes em Portugal não proporcionavam qualquer formação neste âmbito das NEEs aos seus futuros licenciados (realçaram a este propósito que o exemplo da negativa foi dado durante muitos anos pela Faculdade de Motricidade Humana, apesar de dispor de um departamento de Educação Especial e Reabilitação);
- b) a partir da análise dos programas verificaram que a formação inicial proporcionada era de carácter geral e raramente relacionada com aspectos concretos da inclusão em EF. Existem assim muitos itens programáticos relacionados com a caracterização da deficiência e com aspectos institucionais, mas poucos relacionados com boas práticas e metodologias que facilitem a integração e inclusão. Noutros casos são contemplados conteúdos relacionados com modalidades de desporto adaptado, conteúdos que só remotamente poderão ter uma aplicação a casos de inclusão.

Portanto, concluíram que na formação inicial dos professores de educação física os conteúdos de informação sobre NEE são frequentemente inexistentes ou então pouco

direcionados para a resolução de problemas concretos de planejamento, intervenção ou avaliação que o futuro profissional possa vir a encontrar.

Podemos pensar que uma formação acadêmica necessita não apenas do saber científico, afinal estamos falando de educação corporal, movimento, e não podemos deixar de citar que o conhecimento prático é fundamental para uma boa formação acadêmica. (NASCIMENTO, 2007).

A formação do professor deve considerar aspectos que primam por uma atuação ética, crítica, autônoma e criativa; pelo respeito à pluralidade; por uma postura propositiva ante os desafios de problemas inerentes à sociedade (PPC, 2015).

Os cursos superiores na área da EF necessitam de disciplinas específicas que visem focalizar melhor o assunto, tendo em vista que o professor precisa estar preparado com embasamentos teóricos e vivências práticas para poder atuar de forma consciente e adequada. É necessário que o licenciando passe por um processo de transformação, para que possa incorporar o devido tema a sua prática pedagógica, para que suas aulas, que já trata tantas outras diferenças, passe a respeitar esta necessidade especial. E, sobretudo, assumindo a questão da sociedade inclusiva como sua. (SOLER, 2011).

O papel do professor de EF na inclusão é intermediar novos aprendizados, apresentando aos seus alunos o novo, criando condições de acesso à escola, fazendo as adequações necessárias nas regras, nas atividades, na utilização do espaço, utilizando de recursos que estimule a participação de todo grupo dando possibilidades que favoreçam a formação integral do aluno. Independente de qual seja o conteúdo escolhido, os processos de ensino-aprendizagem devem considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitivas, afetiva, social e estética). (SOLER, 2005)

Sabemos que a área da EF evoluiu nos últimos anos, passando a ser mais valorizada e respeitada, as estruturas curriculares dos cursos de graduação sofreram alterações, foram implementadas novas propostas curriculares e assim, a formação profissional em EF voltou-se da prática das modalidades esportivas para a teoria. (DARIDO, 1995).

No entanto, apesar de todo o investimento realizado no sentido de modernização das faculdades de EF em termos de mudanças e melhorias curriculares, a questão da utilização do conhecimento produzido pela teoria na prática permanece insolúvel. (LAWSON, 1993 *apud* DARIDO, 1995, p. 126). A fonte principal de conhecimento dos professores de EF, derivam das experiências efetivamente vividas por eles nos anos escolares e no contexto de trabalho, a atuação profissional deve então ser considerada

como uma junção de diferentes elementos e não só como consequência direta da formação profissional "Científica" oferecida pela Universidade. (DARIDO, 1995)

Assim, na Educação Física as possibilidades que temos disponíveis para atenuar o afastamento entre teoria e prática da formação curricular refere-se a adoção de um modelo curricular onde a prática de ensino não compareça apenas no final da formação, pelo contrário que se estimule a prática desde a formação inicial (DARIDO, 1995, p. 127).

O atual PPC aborda a importância da prática curricular no processo de formação inicial, na construção do conhecimento e sua relação com a prática profissional, onde o mesmo prevê o mínimo de 420 horas de vivências práticas distribuídos entre as disciplinas obrigatórias da atual estrutura curricular do curso de EF licenciatura. Mostrando que as mudanças estão ocorrendo na formação desse futuro professor,

Nesse sentido, podemos perceber o quanto é importante a formação do professor de EF pensando em uma perspectiva inclusiva e a necessidade de analisarmos a forma na qual a inclusão está sendo tratada na formação acadêmica desse futuro professor.

PROCESSOS LEGAIS

De acordo com o Art. 205 da constituição federal (1988), a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Infelizmente nem todos os cidadãos tem seus direitos educacionais garantidos, mesmo havendo uma legislação que determine uma educação pública e gratuita para todos, as profundas contradições que marcam a sociedade indicam a existência de graves violações destes direitos. Quando pensamos nos direitos a educação das pessoas com deficiência nos deparamos com barreiras e obstáculos que dificultam e por muitas vezes impedem essas pessoas de terem acesso à escola e a educação, se os direitos e deveres acerca da educação em geral, contidos na legislação, contemplassem, de fato, todos os cidadãos, estes não precisariam ser reiterados de modo particular em relação a uma dada parcela da população. Dado esta situação, tem-se previsto o especial na educação referindo-se a condições que possam ser necessárias a alguns alunos para que se viabilize o cumprimento do direito de todos à educação (SOUZA, 2007).

O Art. 58 da LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional afirma que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

A lei determina que esse aluno seja incluído preferencialmente no ensino regular, na sala de aula com os demais colegas, para que o mesmo possa conviver com outras pessoas, se sentir igual aos demais, ter uma vida dita normal, e é dever do Estado garantir a esses estudantes um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades, assim como oferecer aprendizado ao longo de toda a vida e combater as práticas de exclusão no sistema educacional e a segregação sob alegação de deficiência, conforme dispõe o Decreto 7611/2011.

Parágrafo único do Art. 60 da Lei nº 9.394/96, assim dispõe:

O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva da SEESP/MEC publicada em 2008, orienta os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino, onde a mesma não possui o papel de substituir a escolarização comum, bem como criar espaços educacionais separados para alunos com deficiência. Essa compreensão orienta que a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) será planejada para ser realizada em turno inverso ao da escolarização, em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente no atendimento à rede pública de ensino, contribuindo efetivamente para garantir o acesso dos alunos à educação comum e disponibilizando os serviços e apoios que complementam a formação desses alunos nas classes comuns da rede regular de ensino.

O Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394/96, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, estabelecendo que:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade

de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

o Atendimento educacional especializado é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. o (Diretrizes Curriculares Nacionais, 2013)

Inclusão é um termo relativamente recente, que apareceu em meados dos anos 90 e desde então tem sido alvo de bastante polêmica (FONSECA E SANTOS, 2003 apud SANTOS et al, 2011, p. 96). Sendo muitas vezes confundido ou colocado como sinônimo de integração ou educação especial. Entende-se por educação inclusiva não só o processo de inclusão dos alunos com deficiência ou distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus, mas fundamentalmente de todas as diferenças. (SOLER, 2011). Devemos pensar que cada ser humano é uno e que as oportunidades devem ser iguais para todos, não podendo haver uma distinção nem tão pouco uma divisão das classes escolares entre alunos com e sem deficiência, sendo assim essencial que a primeira escola de todas as pessoas seja a escola regular, onde haja uma educação inclusiva fundamentalmente de caráter coletivo e considere as especificidades dos estudantes considerando que as crianças com deficiências, apresentam características que fogem do convencionalizado padrão de normalidade, mas devem ser consideradas com características individuais, sendo assim, a inclusão tem como eixo norteador a legitimação da diferença (diferentes práticas pedagógicas) em uma mesma sala de aula para que o aluno com deficiência possa acessar o objeto de conhecimento

Ao inserir um aluno com deficiência na escola regular, é necessário que a mesma possua condições de infraestrutura, de acesso, de metodologias pedagógicas e técnicas específicas para proporcionar a esse aluno um desenvolvimento integral, onde o mesmo não seja prejudicado e nem desfavorecido. Por isso é importante destacar a diferença entre interação e inclusão, na interação a escola não muda e a permanência da criança é condicionada as suas possibilidades. Já na inclusão, a escola deve mudar e se adaptar as diferenças, e não ao contrário. (SOLER,2011).

Declaração de Salamanca (1994) o escolas regulares que possuam orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias

criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. Entre os seus inúmeros papéis, a escola deve favorecer a melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas e atuar como mediador no processo de inclusão desse aluno na sociedade escolar. O princípio norteador da escola deve ser o de propiciar a mesma educação a todas as crianças, atendendo às demandas individuais de cada uma delas.

Tratar de inclusão é uma tarefa difícil, pois apesar dos avanços da sociedade em superar o preconceito e a prática exclusiva, as ações infelizmente ficam nos planos das ideias e projetos, estando longe ainda da prática. O educador tem um papel fundamental no processo de ensino- aprendizagem, pois tem todos os elementos em seu poder e pode modificar toda uma cultura, exclusiva, por meio de suas aulas. (SOLER,2011).

De fato, o educador tem um papel importante no processo de inclusão do seu educando com deficiência, devido as ferramentas e conhecimentos que o mesmo possui para inserir esse aluno em suas aulas, porém nem sempre o professor está preparado para trabalhar com essa população, por diversos motivos, entre eles a sua formação inicial, o modo como a inclusão foi abordada durante a formação desse professor contribui diretamente para sua atuação profissional do mercado de trabalho. Temos vistos relatos de professores de educação física da educação básica que se dizem despreparados para atuar nessa área inclusiva, que muitas vezes se sentem perdidos quando se deparam com um aluno com deficiência em sua aula. Essa situação só irá mudar quando a formação inicial do professor se preocupar em preparar esse profissional para atuar com esse público, as instituições de nível superior precisam inserir o tema inclusão no projeto pedagógico do curso como essencial e desenvolver a estrutura curricular pensando nessa perspectiva.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM ED. FÍSICA/UFRN: O DIÁLOGO COM A INCLUSÃO

Diante do aumento da população com deficiência, do espaço e reconhecimento conquistado por essas pessoas e das mudanças ocorridas na legislação, vários serviços tiveram que se adaptar para atender esse público, respeitando suas individualidades. Entre esses serviços destacamos a educação, o acesso ao conhecimento e inclusão no

meio escolar, porém não podemos nos ater apenas ao que está escrito e determinado na legislação, temos que olhar para o sistema como um todo e ver o que acontece na prática.

As instituições de ensino tiveram que acompanhar essas mudanças e passaram por fases de adaptações na elaboração do projeto pedagógico, estruturas curriculares e práticas pedagógicas com objetivo de acompanhar as evoluções do sistema educacional e preparar seus alunos para trabalhar com práticas inclusivas.

Ao analisar o PPC do curso de licenciatura em Ed. Física/UFRN de 2017, percebemos avanços e melhorias na sua estrutura, consequência da preocupação com a formação acadêmica do futuro professor, a prova disso está refletida na nova estrutura curricular do curso reformulada juntamente com o atual PPC, onde disciplinas que antes não eram ofertadas, hoje compõem parte do currículo para a formação desse futuro educador e estão amparadas por resoluções e diretrizes que serviram como orientadoras para essa reformulação.

Um fato importante é que a estrutura curricular do curso de EF licenciatura sofreu alterações em 2010, algumas disciplinas foram adicionadas e outras retiradas do currículo. Em 2005 o ensino da Libras era classificado como componente curricular optativo para a Licenciatura, em 2011 a mesma passa a ser ofertada como obrigatória e permanece assim até o currículo atual conforme a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 e Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, onde em seu [Parágrafo único](#) diz:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil

Art. 4º: O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Essa disciplina aborda conteúdos gerais para a comunicação básica com surdos utilizando a língua da modalidade visual e gestual da comunidade surda, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), voltadas para a prática docente na escola, aspectos históricos e culturais do sujeito surdo e seus reflexos na atuação do professor do ensino

fundamental e médio, legislação relacionada às especificidades do sujeito surdo e à sua escolarização.

A disciplina de psicomotricidade passa a ser ofertada apenas em 2011 como optativa e permanece assim no currículo atual, a mesma objetiva discutir os processos epistemológicos da Psicomotricidade considerando dois aspectos: a psicomotricidade na reabilitação e a psicomotricidade na educação. Contemplar a amplitude dos estudos da psicomotricidade na perspectiva da filogênese, ontogênese e retrogênese humana. Caracterização do estudo sobre o homem a partir do seu corpo em movimento no contexto interdisciplinar.

Destacamos também a disciplina de Educação Física inclusiva que em 2005 fazia parte da estrutura curricular como disciplina optativa, em 2011 passa a ser uma disciplina obrigatória e atualmente não é mais ofertada no curso de EF da UFRN, a mesma tinha como objetivo discutir os aspectos históricos e filosóficos que envolvem a relação homem-sociedade e dentro desta os problemas oriundos do processo de escolarização na área da educação física em face da política de inclusão.

O atual currículo oferece, como optativa, a disciplina de Corpo, Diversidade e Direitos Humanos, baseada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, essa disciplina aborda o estudo das teorias sobre o corpo e sua relação com a cultura contemporânea, utilização dessas teorias para a compreensão das várias manifestações culturais o corpo na educação, na saúde e na produção cultural, estudo de temas essenciais à produção de conhecimento sobre corpo, diversidade e imagem corporal.

Dentro do capítulo 11 do PPC de 2017, onde aborda Requisitos legais e normativos, existe o tópico (Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida) o que mostra a preocupação com essa população durante a elaboração do atual PPC. Acessibilidade é a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2001), estamos falando do direito de ir e vim do cidadão que possui alguma deficiência ou mobilidade reduzida, mas não apenas poder se locomover, mas sim ter sua autonomia e dependência apesar de suas

limitações, este decreto deixa claro o direito dessas pessoas terem condições mínimas de estrutura arquitetônica e urbanística, transporte coletivo e comunicação e informação.

Desse novo currículo nasce uma disciplina chamada Práticas Curriculares que está presente nos últimos seis semestres do curso, a mesma possui caráter obrigatório e como o próprio nome já diz, a maior parte de sua carga horária se dá através de vivências práticas, ela tem como objetivo a Construção de projeto de intervenção na área da Educação Física em espaços escolares e não escolares na perspectiva interdisciplinar. A partir do 3º período do curso, o licenciando passa a estudar esta disciplina que vai da prática curricular I a prática curricular VI, concluída no 8º período. Falando especificamente da prática curricular III, a construção do projeto proposto pela disciplina se dá em conjunto com as disciplinas do 5º período do Curso onde o diálogo é pautado na pessoa com deficiência: deficiência física, deficiência sensorial, deficiência intelectual, deficiência múltiplas e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entre os tantos temas abordados dentro desta disciplina, destacamos a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista que antes não possuía a devida importância e hoje está sendo alvo de estudos e pesquisas pelos docentes e discentes da UFRN.

A população com deficiência lutou muito para ser reconhecida na sua dignidade humana e perante a lei, traçou-se uma longa jornada até obterem suas conquistas educacionais, porém ainda não alcançaram, na prática, todos os direitos merecidos e adquiridos, talvez essas dificuldades de conquista pela igualdade e inclusão seja reflexo da própria educação, da deficiência na formação inicial dos professores, da falta de apropriação do conhecimento para ensinar de forma inclusiva as pessoas que necessitam de uma metodologia diferenciada por possuírem alguma deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que o curso de EF licenciatura da UFRN vem acompanhando as mudanças ocorridas no cenário da educação inclusiva e refletindo essas mudanças na formação inicial do futuro professor. Destacamos as mudanças ocorridas do PPC de 2017 e da sua respectiva estrutura curricular como um ponto importante e essencial desse processo, isso mostra uma preocupação por parte da coordenação do curso de EF licenciatura para com a área da inclusão, tendo em vista que o atual PPC aborda de forma mais cuidadosa e considerável a prática inclusiva tanto no seu projeto pedagógico quanto na nova estrutura curricular, baseando sua elaboração em documentos, leis e decretos que norteiam a formação inicial do professor de EF licenciatura em uma perspectiva inclusiva e com a inserção de disciplinas que tenham como eixo norteador as práticas inclusivas que combatam ações preconceituosas, porém ainda é cedo para afirmarmos que a reformulação do PPC será suficiente para formar esse discente em um docente apto para atuar com alunos com deficiência, talvez estudos futuros possam obter resultados detalhados sobre a formação dos discentes que ingressaram na UFRN, no curso de licenciatura em EF no ano de 2018.1 e verificar a atuação desses professores na prática educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial-MEC/SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação - MEC. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/125-perguntas-frequentes-911936531/educacao-especial-123657111/113-quais-sao-as-faixas-etarias-de-alunos-com-deficiencia-que-devem-ser-incluidas-no-ensino-regular-e-como-elas-serao-adequadas-as-series>. Acesso: 06 Dez 2017

BRASIL, Ministério da Educação - MEC. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/125-perguntas-frequentes-911936531/educacao-especial-123657111/115-as-escolas-sao-obrigadas-a-oferecer-vagas-para-alunos-com-deficiencia-elas-precisam-de-alguma-licenca-para-oferecer-essas-vagas>, Acesso: 06 Dez 2017

BRASIL, Ministério da Educação - MEC. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/125-perguntas-frequentes-911936531/educacao-especial-123657111/112-como-esta-sendo-feita-a-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-que-nunca-tiveram-contato-com-as-classes-regulares-e-necessario-algum-tipo-de-adaptacao>, Acesso: 06 Dez. 2017

BRASIL. Presidente da República Federativa do Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União nº 191 ó A, 5 de outubro, 1988.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lex: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Brasília, 1996.

BRASIL. Decreto Federal Nº 7611/11, de 17 de novembro de 2011.

- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013
- UFRN. Projeto Pedagógico Curso de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), 2004.
- UFRN. Projeto Pedagógico Curso de Educação Física Licenciatura, 2017.
- DARIDO, S.C. Teoria, prática e reflexão na formação profissional em Educação Física. *Motriz*, v.1, n.2, p.124-128, 1995.
- DUARTE, E.; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. In: Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995, v. 3.
- EDLER CARVALHO, R. Temas em Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA Ed., 1998.
- FONSECA, Michele Pereira de Souza da; SANTOS, Mônica Pereira dos. Culturas, políticas e práticas de inclusão na formação de professores em Educação Física: analisando as ementas. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p.95-116, mar. 2011.
- MELO, José Pereira de. Perspectivas da Educação Física Escolar: reflexão sobre a Educação Física como componente curricular. **Revista Brasileira Educação Física e Esporte**, Natal, v. 20, p.188-190, set. 2006.
- NASCIMENTO, Karina Patrício et al. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL INCLUSIVA. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Jundiaí/sp, v. 3, n. 6, p.53-58, 2007.
- MARKUS V. Nahas Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. Conceitos e Sugestões para um Estilo de Vida Ativo. Londrina, 2010.
- RANGEL-BETTI, Irene C.; BETTI², Mauro. Novas perspectivas na formação profissional em educação física. **Motriz**, Rio Claro Sp, v. 2, n. 1, p.10-15, jun. 1996.
- RODRIGUES, David. A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 14, n. 1, p. 67-73, 15 set. 2003. Semanal.
- SASSAKI, Romeu K. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, Ed. WVA 1997.
- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal ó SEEDF, Coordenação de Educação Especial ó COESP, 2014. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/component/content/article/255-educacao-no-df/266-educacao-especial.html> , Acesso em 06 de dezembro de 2017

Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SOLER, Reinaldo. Educação física inclusiva na escola: em busca de uma escola plural.

Revista Faced, Salvador, n. 20, p.127-133, dez. 2011

ZANELLA, Liane Carly Hermes Metodologia de estudo e de pesquisa em administração / Liane Carly Hermes Zanella. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 164p : il.